

A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE MULHERES NEGRAS CONTRA O SILENCIAMENTO PRODUZIDO PELO RACISMO E O SEXISMO

THE IMPORTANCE OF BLACK WOMEN'S INTELLECTUAL PRODUCTION AGAINST THE SILENCE PRODUCED BY RACISM AND SEXISM

Carla Rodrigues Ferreira - Mestre e doutora em psicologia social. Docente de psicologia do UNIFESO
Cláudia Freire Vaz - Psicóloga formada pela Unifeso

RESUMO:

O presente artigo visa refletir sobre a posição da mulher negra no campo intelectual ao salientar sua importância no combate ao racismo e ao sexismo. Tendo em vista que a representação das mulheres negras através da história refere-se à objetificação e inferiorização, naturalizando o lugar subalterno a elas, alijando-as das produções de conhecimento. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico desde a inferiorização da mulher negra até a relevância da sua produção acadêmica, destacando o trabalho desse grupo por sua reflexão crítica da posição que esta ocupa na sociedade. Com a contribuição do feminismo negro, elas se posicionaram contra esse sistema opressor e romperam o silenciamento sobre seus corpos e promoveram produções intelectuais que geram novas reflexões e saberes contra-hegemônicos. Contudo, a partir da reflexão realizada, ainda há muitos silêncios a serem quebrados, com a necessidade de aprofundar a análise do tema apresentado nas diversas áreas de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Negro; Mulheres Negras; Silenciamento.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the position of Black women in the intellectual field by highlighting their importance in the fight against racism and sexism. Throughout history, black women have often been represented through objectification and devaluation, reinforcing a subordinate role and excluding them from knowledge production. Therefore, a bibliographic survey was made from the inferiorization of black women to the relevance of their academic production, highlighting the work of this group for its critical reflection of the position it occupies in society. With the contribution of black feminism, they positioned themselves against this oppressive system and broke the silencing on their bodies and promoted intellectual productions that generate new reflections and counter-hegemonic knowledge. However, from the reflection carried out, there are still many silences to be broken, and there is a need to deepen the analysis of the theme presented in the various areas of knowledge.

KEYWORDS: Black Feminism; Black Women; Silencing.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história as mulheres, de maneira geral, enfrentaram discriminação e opressão. As mulheres negras, em particular, foram alvo de ainda mais ataques nesse contexto, uma vez que ocupam a posição mais inferior na hierarquia social. Frequentemente percebidas como aquelas destinadas a cuidar dos outros, com uma predisposição natural para servir, elas foram excluídas dos processos de criação e reflexão. Isso não se deve à falta de capacidade intelectual, mas sim ao sistema racista e sexista que as afastou da possibilidade de exercer suas habilidades, relegando-as ao cumprimento das demandas dos colonizadores.

Mas qual a origem desse panorama que inferioriza mulheres negras? Gonçalves (2016) diz que o conceito colonialidade do poder, cunhado por Anibal Quijano (2005) é pautado a partir de alguns eixos estruturantes. Aqui, destacaremos três deles, que dialogam com o nosso trabalho: o racialismo, a dominação de gênero e o pensamento eurocêntrico. Gonçalves (2016) nos informa que tanto a noção de raça quanto a de gênero hierarquizam sujeitos. Dessa forma, tanto as pessoas negras quanto as mulheres se encontravam na base dessa categorização. Assim, podemos aferir que as pessoas com duplo marcados de inferioridade, ou seja, mulheres negras, eram consideradas ainda mais inferiores. Não somente elas eram rebaixadas, mas os seus saberes também eram entendidos como algo de menos valor.

Almeida (2018) corrobora com o conceito de colonialidade do saber ao apontar que no Brasil a produção da intelectualidade perpassa por um caminho quase que exclusivamente branco e eurocêntrico, pois o imaginário social associa o exercício da intelectualidade aos homens brancos numa classe social alta. Hilário e Santos (2021) reforçam essa perspectiva, ao afirmar que a academia não foi feita para mulheres negras por seguir o raciocínio colonial. Essas ideologias fortalecem as formas de silenciamento deste povo. Todavia, os mesmos autores supracitados destacam que o feminismo negro vem construindo resistência contra a hegemonia branca para ocupar e configurar esse lugar com novos saberes.

Partindo dessa premissa, o presente estudo visa refletir sobre a relevância da produção intelectual de mulheres negras para a construção de novas narrativas que quebram o silenciamento imposto pelas ideologias coloniais. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível entender sobre o processo de inferiorização da mulher negra e como este se consolidou, além de evidenciar como o aniquilamento do povo negro incidiu diretamente no alijamento desta na produção de saberes. Isto posto, buscamos refletir sobre suas vivências singulares, bem como interpretar como o espaço social ocupado por elas ecoa nas produções intelectuais que combatem os discursos hegemônicos.

Para tanto, inicio discorrendo sobre a inferiorização da mulher negra através do racismo científico atrelado ao sexismo que objetifica as mulheres com o discurso como a superioridade e a inferioridade das raças, tendo em vista que “A raça branca possuía originalmente o monopólio da beleza, da inteligência e da força” (Munanga, 1999, p.43). Isso influência diretamente nas barreiras impostas à ascensão social do povo negro, partindo do princípio de que qualquer coisa que se relacione com este grupo seria primitiva. O progresso seria a colonização que, só é possível, com o epistemicídio do povo negro.

Em seguida, refletimos as questões específicas que afetam a mulher negra a partir de seus próprios movimentos. Conforme Munanga (1999) nos ensina, todos os movimentos sociais, incluindo o dos negros, reivindicam e lutam pela justiça e equidade social. Como o feminismo negro que visa amplificar as vozes silenciadas, destacando as questões particulares das mulheres negras e reconhecendo que o movimento feminista tradicional, muitas das vezes, exclui a raça enquanto pauta do movimento e mais do que isso, concorda e se beneficia com a perpetuação do racismo. A fim de esclarecer essa ideia, é essencial entender o percurso histórico do feminismo negro para uma análise detalhada, além dos conceitos importantes deste movimento.

Logo, traremos a compreensão da importância do lugar da mulher negra para as produções intelectuais. Enfatizando o valor de suas ideias para um contexto decolonial. Assim, este trabalho traça uma linha que percorre a inferiorização da mulher negra até a valorização desta por meio de seu crítico trabalho intelectual. Tal fato evidencia a importância das narrativas e produções elaboradas por aquelas que estão na base da pirâmide social: as mulheres negras. É necessário que essas mulheres contem suas histórias, esclareçam questões relevantes para promover reflexões sobre novas perspectivas intelectuais multiculturalistas.

METODOLOGIA

O propósito desta pesquisa foi investigar de que maneira o lugar social ocupado pelas mulheres negras contribui para produções intelectuais voltadas ao combate ao racismo e ao sexismo. Assim, o estudo apresentado adota uma abordagem qualitativa, visando compreender a dimensão subjetiva destes fenômenos. Essa abordagem se qualifica como a mais adequada na medida em que ela visa interpretar de maneira dinâmica a realidade, considerando a relação dos fatos num contexto político, social e econômico (Prodanov; Freitas, 2013). Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico que tem como característica se basear nas contribuições teóricas de outros autores por meio de livros e artigos relacionados ao tema em questão (Severino, 2014).

Dessa forma, a escolha dos materiais foi conduzida com rigor em relação à problematização da pesquisa, proporcionando destaque às autoras negras. Tendo em vista que o cenário do estudo se deu no campo intelectual e do conhecimento, se concentrando nas mulheres negras. Nesse sentido, foram determinadas algumas etapas para o levantamento bibliográfico. A primeira consistiu na pesquisa dos materiais relacionados ao tema, utilizando-se as plataformas Scielo e Google Acadêmico. Foram empregados os seguintes descritores: silenciamento e mulheres negras; racismo científico; mulheres negras e intelectualidade; mulheres negras no ambiente acadêmico; movimento feminista negro.

Os artigos sobre silenciamento e mulheres negras revelaram uma grande correlação entre o conceito de interseccionalidade e o feminismo negro. Em relação ao racismo científico, os resultados eram, na maioria das vezes, relacionados ao higienismo. Já em relação às mulheres negras na intelectualidade ou na academia, foi observado que os materiais encontrados se relacionavam por vezes ao segmento educativo, academia, interseccionalidade e desigualdade. Sendo assim, foram destacadas as produções que conversavam com o tema em questão, sobretudo, as mulheres negras no campo intelectual.

Além disso, foram também incorporadas obras de autoras negras feministas, referências na área. A escolha dessas intelectuais foi fundamental para a discussão, por dialogarem diretamente nas suas produções acadêmicas sobre temas empregados neste estudo. Entre elas estão Djamila Ribeiro, bell hooks, Angela Davis, Cida Bento, Grada Kilomba, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, entre outras vozes significativas para a compreensão da articulação entre a raça e o gênero.

Em seguida, foram recolhidas estas produções e verificou-se a afinidade com a problematização do tema por meio da leitura dos títulos, resumos, introduções ou sumários. Cabe destacar que esse processo de leitura dos materiais selecionados também evidenciou a necessidade de pesquisar conceitos e temáticas que foram surgindo a partir desse levantamento. Como, por exemplo: epistemocídio, movimentos sociais e a inferiorização da mulher negra.

A partir desses procedimentos, obteve-se o resultado de 39 materiais, artigos e livros, que contribuíram tanto para a literatura quanto para a discussão do trabalho. Desse número total, 16 produções são de referências de mulheres negras reconhecidas. Esta amostra demonstra a expressiva participação de produções de mulheres negras na elaboração deste estudo.

A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER NEGRA: SEXISMO ACORRENTADO AO RACISMO CIENTÍFICO

Podemos compreender o racismo científico atrelado ao sexism na história de Saartjie Baartman, também conhecida como Sara. Consoante a Proença (2019), esta mulher foi vendida como escrava, onde passou a fazer serviços domésticos. Sara era uma mulher africana e tinha uma condição genética comum nas mulheres de seu lugar de origem (Khoisan), caracterizada pelo excesso de gordura no quadril. Por essa razão, Sara foi levada para ser exposta em uma jaula como objeto, usando roupas justas de cor similar à de sua pele para fins de entretenimento. Sara foi analisada por zoologistas, anatomistas e fisiologistas, “que, ao final, concluíram que ela poderia ser classificada como ‘algo’ entre os animais e os seres humanos” (Proença, 2019, p.3). Até depois de sua morte, Sara teve alguns órgãos, incluindo os genitais, exibidos no Museu do Homem em Paris até 1974 (Proença, 2019).

A história de Sara é um exemplo de muitas histórias de mulheres negras escravizadas que foram e são reduzidas a objetos por meio de uma ciência leviana que, mesmo depois de sua morte, ainda a usou para defender que as mulheres negras eram primitivas e hipersexualizadas (Proença, 2019). A soma dessas questões torna as mulheres negras extremamente inferiorizadas, uma vez que elas são limitadas à função de objeto sexual, cuidar e servir, sem capacidade de raciocínio, o que as coloca constantemente em uma situação subalterna. Proença (2019) destaca que, mesmo no período pós-abolição, foi destinado o trabalho doméstico como forma de sobrevivência às mulheres negras, o que fez permanecer a exploração sexual destas.

Proença (2019) nos diz que “A história de Sara Baartman ainda se faz presente em cada polegada do corpo da mulher negra, que carrega o peso da hipersexualização, da ridicularização e da submissão” (p.10). Esse cenário não fica só no passado, ele se faz presente e pode ser ilustrado também pelo caso da pensadora Djamila Ribeiro (2018). Ela relata que, ao concluir a graduação em jornalismo, iniciou sua busca por emprego. Embora tivesse um currículo destacado, uma amiga de sua mãe lhe ofereceu um cargo como auxiliar de serviços gerais na empresa onde trabalhava como gerente. Ribeiro (2018) expressa: “Eu limpava e servia café, mesmo tendo currículo melhor do que os das moças que trabalhavam no escritório” (p.16).

Assim, os estudos científicos que sustentavam a ideia de inferioridade entre as raças humanas são estruturantes na concepção de práticas racistas, o que, por sua vez, fortaleceu a percepção social da subalternidade e desumanização do povo negro. Isso “fortaleceu” a concepção de que esta população era inferior em todos os níveis em relação ao homem europeu, produzindo a alienação da população negra que inviabiliza a reflexão crítica deste grupo sobre sua condição, além da culpabilização pela discriminação que estes sofrem (Bento, 2002).

De acordo com Schwarcz (1993) em sua obra “O Espetáculo das Raças”, a principal maneira de comprovar a inferioridade física e mental entre os grupos raciais era por meio da análise do crânio. Essa ideia foi postulada pelo anatomista e cronologista Paul Broca. Desse modo, se instaurou as teorias eugênicas que consolidaram a crença de que existiam raças inferiores e superiores, cujo idealizador foi o cientista britânico Francis Galton, em 1883. Tal concepção pretendia estabelecer a inferioridade das raças humanas e tinha como meta a regulação da procriação das populações miscigenadas, visando-se chegar à raça pura.

O pensamento eugenista ganha força no Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Em 1929 ocorre, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (Souza, 2022). Ao analisar a questão do branqueamento, Nascimento (2016) define como um processo de genocídio do povo negro:

“O ‘problema’ seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante” (p. 70–71).

Podemos observar pelo quantitativo de pessoas negras no país que esse projeto não teve êxito, mas a ideologia do branqueamento exerceu uma pressão psicológica nos africanos e afrodescendentes, através da alienação forçada de sua identidade imposta pela cultura branca e pela compreensão de que o ser branco é culto, inteligente e moral (Munanga, 1999). Isso resulta no alheamento social e como consequência reforça o “Mito da democracia Racial” que manipula as pessoas não-brancas a não consciência da sua condição desigual, argumentando que o fracasso desse grupo acontece por culpa deles próprios, responsabilizando-os pela sua condição “inferior”, invisibilizando que tal panorama é um projeto de poder e manutenção de privilégios brancos (Bento, 2002). Munanga (1999) reforça essa compreensão:

“Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude’ e na ‘mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior” (p.16).

Esse cenário fortalece a condição subalterna das pessoas negras, que vivenciam uma imagem extremamente negativa de si. A mulher negra, por exemplo, sofre mais violentamente tendo em vista que não são brancas, tampouco homens, o que as tornam praticamente inexistentes (Kilomba, 2019).

A pesquisadora feminista negra Djamila Ribeiro (2019b) evidencia que o racismo é um sistema que estrutura a sociedade. Posto isso, quando se nasce dentro dessa lógica, o imaginário racista é comumente despercebido, pelo fato de ser naturalizado. Essa informação revela a complexidade desse sistema, pois à interiorização do racismo não prejudica o povo negro somente nas instâncias materiais, ele está imbricado no imaginário coletivo.

O ambiente acadêmico, assim como tantos outros, também reproduz esse modelo de subalternização de mulheres negras. Para muitas delas, se tornar uma pesquisadora ainda é um marco histórico. Nota-se que a presença desse grupo nas universidades é constantemente observado em ocupações subalternas, posto que a presença delas como pesquisadoras, pensadoras ou professoras ainda é rara. De acordo com o Censo da Educação Superior (2016) apontaram que as mulheres negras com doutorado não chegam a 3% do total de docentes da pós-graduação em todo o país.

A relação entre o racismo científico e o sexism, dentro de uma lógica colonial, foi determinante para a inferiorização da mulher negra, desde o seu corpo, até a mente e a alma. Portanto, entende-se quando Proença (2019, p.8) diz que “O dever de Sara era apenas ser vista e não ouvida” (Gonzales, 1984).

A MÁSCARA DO SILENCIO E O EPISTEMICÍDIO NEGRO

A máscara do silêncio foi um método de tortura arquitetado pelo projeto europeu que perdurou por centenas de anos. Era um artefato de metal alocado no interior da boca dos escravizados, carregado de dor e medo, objeto pelo qual a escravizada Anastácia era obrigada a usar como uma forma de punição e controle, em outras palavras, “ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’” (Kilomba, 2019, p.33).

Partindo dessa premissa, parafraseando Kilomba (2019): Por que o sujeito negro tem de ficar calado? E o que o sujeito branco tem medo de ouvir? Consoante a autora, a máscara do silêncio é recriada

nas diversas formas de silenciamento do povo negro, aqui ressaltando a mulher negra, pelo receio de que as colonizadas possam um dia ser ouvidas e consequentemente, possam pertencer a algum lugar. Logo, falar enquanto sujeito subalterno e oprimido se torna uma tarefa difícil, visto que as estruturas de opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas. (Kilomba, 2019).

Segundo Carneiro (2023), no Brasil, o epistemicídio se solidifica na manifestação da Igreja Católica que impôs sua doutrina mediante a catequização durante um longo período da história nacional, a fim de controlar e exterminar o conhecimento e a cultura da população não branca. Essa forma de dominação aliada ao racismo científico, bem como as correntes filosóficas racistas, construíram essa suposta inferioridade dos povos subjugados que “precisavam” ser exterminados em nome do capitalismo ou “ensinados” a pensar como um homem branco. Assim, mediante a uma série de mitos e representações deturpadas a respeito das capacidades morais e cognitivas dos negros, que se conduziu o epistemicídio.

Dessa forma, para que a hegemonia eurocêntrica se consolidasse era preciso que houvesse a naturalização desta por meio da reprodução do modo de pensar por todo o globo, à vista disso, há a estabilização de uma concepção universal, ou seja, o pensamento eurocêntrico que adquirem formas concretas de dominação através de sua autoridade inquestionável (Gonçalves; Mucheroni, 2021). Nesse sentido, essa forma de soberania e declaração da inferioridade do outro incide na afirmação da incapacidade inata para a intelectualidade, como também na destituição da sua competência de produzir cultura, que por conseguinte naturaliza a superioridade eurocêntrica (Carneiro, 2023).

Cabe ressaltar que o Epistemicídio foi um conceito pensado pelo intelectual Boaventura de Sousa Santos (1999) que parte de um viés racial e articula a palavra episteme (conhecimento) com homicídio (assassinato) que se traduz, portanto, conhecimento assassinado. Tal formulação reconhece o extermínio de sabedorias afrodescendentes, como também o descarte delas pela concepção do conhecimento eurocêntrico que controla e legitima a produção do conhecimento (Pessanha, 2019). Carneiro (2023) afirma que o epistemicídio acomete os seres humanos reconhecidos como diferentes e inferiores racialmente, o que por consequência nega-os a possibilidades de exercer sua intelectualidade e rouba-lhe a capacidade de aprender com o intuito dos grupos sujeitados internalizarem o conhecimento legitimado.

Extinguir conhecimentos de grupos subordinados é manter o poder sobre eles, permanecendo no lugar de pensadores sobre estes grupos. O que estes povos sujeitados sempre foram para a soberania colonial, corpos de objetos de estudos para o outro que está numa categoria superior e que não reconhece as experiências subjetivas dessas pessoas, mas que podem pensar sobre elas e expandir suas conclusões desse conhecimento para este e os demais grupos. Da mesma forma, Carneiro (2023, p.109) concorda com essa ideia: “... o nosso acesso é viabilizado quase exclusivamente para sermos objeto de pesquisa daqueles que seriam dotados, pela natureza, da capacidade de ‘conhecer’ e sobretudo de explicar”.

Além de pensar os subalternos como objetos de estudos, há a aniquilação de tudo que foi pensado e construído desse povo no sentido de reduzir a coisas primitivas ou não científicas. Daí nasce a alienação quando não se consegue pensar de um lugar diferente, pois as estruturas dominantes estão tão enraizadas que é inviável refletir de outra forma. Segundo Pessanha (2019), isso se dá mediante ao esquecimento de suas raízes, uma amnésia que desfaz sua identidade, visto que desapropria o negro de tudo, de sua família, sua terra, sua cultura. Este agora precisa assimilar a língua do colonizador, cultura, religião e o sistema, inaugurando um corpo apenas para ser objeto desse homem branco, portanto, é excluído do processo de produção de conhecimento.

Atrelado a isso, o autor mencionado pontua que nesse contexto o negro era impedido de ter acesso à educação formal, fazendo com que o modelo educativo determinasse que esse indivíduo era um ser subalterno inato, sem história e sem racionalidade. Dessa forma, o epistemicídio se estabelece como uma forma de dominação que garante a supremacia hegemônica do branco. Tendo em vista que des-

qualifica o conhecimento dos povos subjugados, nega-se o acesso à educação através da inferiorização intelectual determinada pela falta de capacidade cognitiva que deslegitima o negro como formador de conhecimento, o que, por sua vez, compromete sua autoestima mediante a discriminação que percorre os espaços educativos (Carneiro, 2023).

Assim, retirado do conhecimento e condicionado a ignorância e não ascensão social o que lhe resta são os trabalhos precários e brutos, profissões de baixo prestígio e mal remuneradas, pois o sistema o programou para a mão de obra barata, todavia, por vezes também são marginalizados ao desemprego (Pessanha, 2019).

Contra esse sistema de conhecimento hegemônico, o pensador Santos (1999) idealiza um modo de saber que atenda a todos os conhecimentos, isto é, todos os saberes marginalizados. Ele nomeia como ecologia dos saberes uma maneira de se abordar o conhecimento de uma forma pluriversal, ao reconhecer uma diversidade epistemológica cruzando conhecimentos e ignorâncias. Compreendendo que a aprendizagem de certos conhecimentos pode envolver o esquecimento de outros tipos de pensamentos, levando à ignorância. Assim, para a ecologia dos saberes é crucial envolver o conhecimento aprendido como também aquele conhecimento excluído, utilizar pensamentos contra-hegemônicos, trata-se de tornar visíveis sabedorias como as epistemologias pós-coloniais e as ideias feministas.

Com base nisso, a concepção de Munanga (1999) surge como uma questão interessante a ser considerada diante dessa perspectiva. Ele diz que essas ideologias referentes às minorias se configuram como obstáculos e que é preciso a construção de novas ideologias relativas às bases populares para suprimir esses empecilhos. Tendo em vista que a autoidentificação permitirá a elaboração de uma personalidade coletiva que impulsiona a mobilização, nos dedicamos, a partir de agora, pensar em quais estratégias são possíveis para superar esse violento silenciamento imposto às mulheres negras.

ROMPENDO O SILENCIO AO ENEGRECER O FEMINISMO

Carneiro (2003) evidencia que dentre os movimentos sociais de melhor desempenho do Brasil está o movimento de mulheres: “Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (p.2). Pode-se observar isso claramente na luta contra a violência doméstica e sexual, que reverberou inovações no campo das políticas públicas, como a iniciativa de equipamentos especializados para proteger as mulheres de tamanha brutalidade. Porém, a autora ressalta que o feminismo também esteve aprisionado na visão eurocêntrica e universal da categoria mulher, que refletiu na incapacidade de reconhecer as desigualdades vigentes no universo feminino.

Davis (2016, p.144) sugere que “‘Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. Às mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino”. Desde o início do movimento feminista, excluía-se a participação das mulheres negras, tendo em vista a primazia da racialização no contexto entre mulheres deste grupo e mulheres brancas (Ribeiro, 2018). Tendo isso em vista, comprehende-se o que a escritora hooks (2020) diz sobre o silêncio das mulheres negras no início do movimento feminista.

A autora supracitada justifica como o silêncio do oprimido, ato de conformidade das mulheres negras pela condição de não mulher, devido à sociedade racista e sexista da época, destituir a “mulheridade” das mulheres negras, considerando a raça como um único determinante relevante à identidade deste grupo. Desta forma, para as mulheres negras, era impensável se juntar na luta pelos direitos das mulheres, porque elas não eram consideradas pertencentes a esta categoria (hooks, 2020). Em consonância com este raciocínio, Kilomba (2019) indica que um indivíduo só é pertencente a uma categoria

quando ele pode falar e ser ouvido, porém, quando isso não acontece, consequentemente, estes não fazem parte, portanto, não pertencem.

O racismo das mulheres brancas impediu a participação das mulheres não brancas na organização e a objetificação sobre as mulheres negras esteve imbricada nesse processo. Através do discurso da força da mulher negra e da isenção desse grupo na categoria mulher com o propósito de desumanizar as mesmas (hooks, 2020). Já que no pensamento das mulheres brancas, as mulheres negras estão sempre prontas para aguentar qualquer tipo de opressão, despojando o direito delas de serem humanas (Carneiro, 2003). De acordo com hooks (2020), isto seria uma tendência de romantização das experiências das mulheres negras. Ela relata que as feministas brancas tinham essa propensão, partindo da percepção de que as mulheres negras conseguem contornar os impactos das opressões vivenciadas por serem fortes.

Davis (2016) completa esta análise ao afirmar que “o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de fato às mulheres negras” (p.146). Assim, há a necessidade de um movimento que determine ideias emancipatórias para as mulheres negras. Mas, para entender melhor, é preciso traçar um percurso histórico do feminismo no Brasil a partir da contribuição de Ribeiro (2018), que se faz importante para contextualizar o pensamento feminista negro.

De acordo com Ribeiro (2018), o Movimento Feminista iniciou no Brasil no século XIX, este momento de início do movimento ficou conhecido como primeira onda e teve como característica o sufrágio feminino. Entretanto, a autora argumenta que “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (p.52). Já a respeito da segunda onda, seu início foi durante a década de 1970 e teve como principal demanda a luta contra a ditadura militar, valorização do trabalho das mulheres, direito ao prazer e o combate à opressão sexual (Ribeiro, 2018). Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, ativistas negras já manifestavam contra a invisibilidade do seu grupo na agenda feminista. Nessa perspectiva, no Brasil, o feminismo negro começou a se erguer no final dos anos 1970 com a luta para as mulheres negras serem reconhecidas como sujeitos políticos (Ribeiro, 2018). E é a partir da terceira onda, em 1990, que o feminismo negro começa a se consolidar pelas críticas de algumas feministas desse grupo étnico que mostraram que o discurso do movimento é excludente e só privilegia uma parcela das mulheres. Com isso, se começa a pensar e discutir micropolíticas (Ribeiro, 2018).

Dessa forma, Davis (2016) ressalta: “As mulheres negras estavam mais do que dispostas a colaborar com seus ‘claros poderes de observação e julgamento’ para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres” (p.49). Considerando isso, o pensamento feminista negro ganha força e propõe um olhar particular sobre a condição da mulher negra. Assim, se estrutura um movimento social cujo objetivo é discutir as questões específicas das mulheres negras, o feminismo negro, que produz ideias de um determinado grupo que elucidam questões de e para mulheres negras (Collins, 2016). Pois, quando essas mulheres conseguem se expressar e promover a sua verdadeira imagem, elas rompem o poder sobre elas e se humanizam. A seguinte passagem traduz essa afirmação:

“Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos” (Collins, 2016, p.6).

Semelhantemente, a pensadora, poeta negra estadunidense e ativista do movimento feminista Audre Lorde (2019) reforça essa ideia ao elaborar sobre a transformação do silêncio em linguagem e ação.

A autora traz a reflexão da responsabilidade de buscar as palavras das mulheres que clamam para serem ouvidas, de lê-las, compartilhá-las e de entender a importância delas na nossa vida.

Dessa forma, entender o lugar ocupado por mulheres negras se faz importante. Na obra *Lugar de Fala*, Ribeiro (2019a) explora a hipótese de o termo ser baseado na teoria feminist stand point que significa ponto de vista feminista, que discute a partir de uma reflexão crítica temas como diversidade, racismo e o pensamento decolonial. A intelectual se apoia na compreensão de Collins (1997) do ponto de vista feminista, que argumenta que o conceito enfatiza as experiências compartilhadas nos coletivos, tendo a necessidade de refletir sobre a posição dos grupos nas relações de poder. Sob esse viés, destaca Ribeiro (2019a, p. 60): “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades”.

Nessa perspectiva, Ribeiro (2019a) entende que é possível abordar o lugar de fala a partir do ponto de vista feminista, uma vez que marcar o lugar é a intenção do feminismo negro. Esta marcação se faz necessária para entender as realidades encobertas pela normatização hegemônica. Assim, a autora conclui: “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (p.60).

INTERSECCIONALIDADE

O trabalho da professora de direito afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw é a principal influência na elaboração do conceito teórico “interseccionalidade”. Conforme descrito pela pensadora, “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (2002, p.7). De acordo com Táboas (2021), a história que deu origem a esta ideia advém de um processo judicial direcionado à empresa multinacional General Motors requerido por Emma De Graffenreid e mais quatro mulheres negras que alegaram que a instituição perpetuava discriminação racial e de gênero. Neste lugar, homens negros trabalhavam na linha de montagem e mulheres brancas eram aceitas como secretárias. Contudo, mulheres negras não tinha lugar, justamente pela articulação do gênero feminino com a raça negra. Elas perderam a causa, pois a justiça falhou em entender a complexidade do ocorrido, ao tratar a discriminação racial e de gênero de maneira isolada. Por essa razão as reclamações das solicitantes foram consideradas improcedentes, uma vez que não conseguiram integrar o racismo e o sexismo em uma única causa (Akotirene, 2019).

Assim, Kimberlé Crenshaw dedicou-se à reflexão sobre como a discriminação racial e de gênero operam em conjunto e não podem ser compreendidas isoladamente, uma vez que necessitam ser ampliadas para permitir compreender as várias limitações à ascensão social de mulheres negras. Considerando que as mulheres negras são afetadas tanto pela raça quanto pelo gênero, além de outras variáveis que podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres desse segmento (Crenshaw, 2002).

Nesse sentido, a interseccionalidade sugere que não é possível lidar com questões isoladas, pois a discussão fica vazia e descontextualizada. Assim, a maneira mais eficaz é compreendendo os fatores de maneira sobreposta, o que permitirá um entendimento mais profundo das circunstâncias que afetam ordinariamente aquelas que estão na base da pirâmide, ou seja, as mulheres negras.

O LUGAR DAS PENSADORAS NEGRAS NAS SUAS PRODUÇÕES INTELECTUAIS

Consoante a Gonzales (1984), com toda a compreensão preconceituosa sobre a mulher negra, este grupo sentiu a necessidade de aprofundar reflexões sobre si, ao invés de continuar a reproduzir modelos que eram ofertados pelas produções eurocêntricas. A autora frisa: “Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (p.3).

Silva (2017) problematiza que a manutenção do racismo se dá por uma ideologia que se perpetua por séculos no imaginário popular e, por conseguinte, anula a população negra nos centros educacionais e atua sobre o apagamento da história de resistência deste grupo, visto que teorias e pesquisas científicas que seguem os modelos eurocêntricos perpetuados pela academia, torna-se comumente a primeira fonte de estudos. Assim, o ambiente acadêmico ainda possui certa resistência para integrar temáticas que se desviam desse modelo tradicional. Mas a autora destaca: “Estudar intelectuais negrxs proporciona ao ambiente acadêmico a produção e (re)conhecimento da historicidade da população negra que fora muitas vezes negada ou distorcida” (2017, p.3).

Conforme destaca Almeida (2018), a hegemonia branca provoca um imaginário social que estabelece lugares subordinados às mulheres negras, inviabilizando o campo intelectual como um espaço para as mesmas. Ela argumenta que “O lugar social naturalizado da mulher negra está relacionado ao trabalho doméstico e sexual, imbricado também pela ideia de incapacidade intelectual” (2018, p.4). Apesar disso, a autora evidencia que é a partir da experiência da marginalidade social e acadêmica que as mulheres negras constroem outro lugar intelectual, se deslocando do padrão eurocêntrico em relação ao conceito de intelectualidade. Sousa (2019, p.7) compartilha desta visão ao frisar que “A produção intelectual de mulheres negras, em diferentes contextos sociais e geográficos, vem de maneira semelhante, há algum tempo problematizando o lugar de subordinação e silenciamento”.

A esse respeito, é relevante apontar a compreensão da socióloga e professora Patrícia Hill Collins (2016). De acordo com a pensadora, mulheres negras escravizadas tornavam-se integrantes honorárias das famílias brancas colonizadoras, isso porque participavam ativamente da rotina das famílias, cozinham, limpavam, além do envolvimento em segredos e conselhos. Eram as mucamas na escravidão que hoje observamos a partir da figura das negras domésticas (Gonzales, 1984). Entretanto, ainda segundo Collins (2016), apesar destas mulheres acompanharem diariamente essas famílias, elas nunca seriam pertencentes a elas, configurando um status outsider within. Porém, a autora argumenta que tal status pode ser benéfico olhando de outro prisma, enquanto outsider within mulheres afro-americanas nas suas vivências subordinadas que convivem em espaços privilegiados experimentam um lugar singular que promove um estímulo criativo e crítico sobre tal posição. A autora ressalta, sob este ponto de vista: “para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a ‘marginalidade’ tem sido um estímulo à criatividade” (p.3). Ribeiro (2019a, p.45) complementa esta análise:

“A autora define outsider within como posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual. Na Academia, por exemplo, esse lugar permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais e, embora Collins se refira à Sociologia, pode-se pensar como prática política a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento.”

Santos e Sampaio (2022) corroboram com essa noção ao identificar a socióloga e psicanalista brasileira Virgínia Bicudo uma trajetória de outsider within. Visto que, segundo os autores, o lugar que a pensadora ocupava na academia como mulher negra, descendente, em um casamento inter-racial, a chamou para outra posição que a fez perceber outras noções que não são identificadas pelo grupo dominante. Os autores sinalizam nesse trecho:

“Essa transgressão foi abraçada por mulheres negras por meio da sua produção acadêmica, e é com base nisso que podemos reler a trajetória de Virgínia Bicudo, observando que, pela técnica, muitas mulheres negras se debruçaram sobre a realidade social, utilizando aparelhos de dentro e de fora para proceder a essas leituras do mundo” (2022, p.14).

Kilomba (2019) aponta que a academia não é um local neutro, mas sim um lugar branco onde pessoas negras não possuem voz, pois o discurso branco hegemônico coloca o negro como outro, inferior, destituindo o privilégio da fala do povo negro neste campo. A autora discute que este grupo, ao expressar suas falas, têm sido desconsideradas pelo racismo que as silencia. Por conseguinte, essas vozes são representadas por pessoas brancas que surgem como especialistas no que se refere à população negra. A pensadora ainda evidencia sobre os trabalhos de intelectuais negros serem considerados não científicos por serem subjetivos ou emocional demais. Ela reforça que essa noção funciona como máscaras do silêncio, por priorizar a produção intelectual branca que se concentra como a norma e marginaliza outros discursos como conhecimento desviante.

Assim, Kilomba (2019) indica que a ciência é uma reprodução de relações raciais e de poder que ditam o que é verdade, por serem controladas por acadêmicos/as brancos que impõem seu ponto de vista como condições universais. Além disso, a autora relata que essa posição marginal que as intelectuais negras ocupam evoca dor, mas essa realidade precisa ser falada e teorizada e ela propõe uma epistemologia que contemple o subjetivo, haja vista que todos falam de um lugar específico e isso cria novos discursos que é sobretudo político. Ainda segundo a autora, as produções intelectuais das mulheres negras transformam as configurações do conhecimento e poder a partir do momento que elas se movem sobre esse sistema opressivo.

Contudo, Kilomba (2019) ressalta que esta perspectiva de criatividade ao falar sobre a margem pode repercutir no perigo da romantização da opressão. Assim, a autora argumenta que é preciso considerar este lugar à margem como possibilidade e não apenas como ausência de fala, pois a opressão forma a resistência. Ribeiro (2019a, p.46) defende esse pensamento: “Seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência”.

Os frutos das produções intelectuais de mulheres promovem olhares diversos sobre determinados fenômenos a partir do lugar que essas mulheres ocupam na sociedade. Permitir que essas mulheres falem sobre os seus pontos de vista, pontos muitas vezes marginalizados pelo monopólio eurocêntrico, é tornar essas e todas as mulheres negras sujeitos políticos que podem pronunciar por si próprias. Para Gomes (2009), a inserção dos negros na produção de conhecimento não mais como objetos, é reflexo das lutas dos movimentos sociais pelos direitos nas mais diversas instâncias para a superação do racismo.

Mediante uma perspectiva subjetiva, essas mulheres produzem e refletem sobre os diferentes atrações que afetam seu corpo e contribuem para uma nova abordagem de conhecimento, o pensamento pluridiverso, que é uma característica apresentada por esses grupos que unem a militância política e o conhecimento com base em suas próprias experiências raciais (Gomes, 2009). Tal situação pode ser compreendida pelo caso da pensadora Djamila Ribeiro (2018) e o caso da origem do conceito de interseccionalidade da General Motors (Akotirene, 2019) retratados acima. Mulheres usaram acontecimen-

tos que ocorreram com elas mesmas e com outras que fazem parte do mesmo grupo racial para refletir e desestimular as barreiras que as impedem de ascender socialmente, isto é, o racismo e o sexismo. Santos e Sampaio (2022) reforçam essa compreensão:

“Assim, o percurso das intelectuais negras para a construção de conceitos fidedignos à realidade que elas próprias experimentam começa por um trabalho importante de reunião de dados no campo, incluindo as vozes de mulheres negras, perfazendo um mosaico de discursos que interseccionam raça, classe e gênero nessa composição”(p.13).

Gomes (2009) observa que as intelectuais negras são outro tipo de intelectuais, pois visam produzir conhecimentos que dão visibilidade às subjetividades, assim como as desigualdades e silenciamentos em relação a determinados grupos e suas experiências. Para esse fim, a criação de coletivos é de extrema importância, uma vez que como grupos se tornam potências na produção de conhecimentos (Gomes, 2009). Nesse sentido, essas produções intelectuais possibilitam caminhos para reconhecer a construção e combater a preservação dessa ideologia racista cruel, além disso, contestam essas mesmas teorias que permanecem por séculos (Silva, 2017).

Para hooks (1995), a intelectual negra é aquela que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas. Logo, este é o desafio dessas intelectuais, combalir esse conhecimento eurocêntrico que decide sobre o campo intelectual e científico para além desse olhar homogêneo. Sendo assim, Gomes (2009) afirma que esse é o papel essencial exercido por esse grupo, questionar o conhecimento e a distribuição desigual de conhecimento e indagar a produção intelectual ocupada pelo outro, pelo diferente, na dimensão do preconceito, discriminação e do gênero. Nesse sentido, o trabalho intelectual das pensadoras negras é uma ação fundamental para a libertação das pessoas oprimidas e exploradas, para articular o deslocamento desse lugar de meros objetos para sujeitos no momento em que descolonizam suas mentes (hooks, 1995).

Essas pensadoras, que produzem conhecimento sobre as temáticas raciais e sexistas nas mais diversas áreas de conhecimento, fazem essa pesquisa sob a perspectiva crítica de alguém que vivencia essa questão de perto, o que enriquece a discussão e problematiza os estudos anteriores sobre esse tema, assim como os produzidos pelo olhar do outro (não-branco), neutro e distante, inclusive as das pensadoras e pensadores brancos que estão comprometidos com a luta racial, mas não vivem diretamente essa temática (Gomes, 2009).

Portanto, a construção do trabalho dessas intelectuais busca a expressão de um conhecimento marcado por um olhar para a raça e sua intercessão com a classe e gênero, pois essas pensadoras sabem a dimensão política desse pensamento. Mesmo que essa atividade envolva o sofrimento do confronto com a realidade opressiva, quando este trabalho intelectual está comprometido para a transformação social e política, o que se observa é uma forma de ativismo que transcende a vida (hooks, 1995; Gomes, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da questão principal, que era entender a importância das produções intelectuais das mulheres negras a partir do lugar que estas ocupam na sociedade, verificou-se que o papel intelectual que essas mulheres exercem se articula nas vivências das mesmas. Este fato valoriza a luta do feminismo negro, tornando este grupo sujeito político na construção de saberes, ao libertar essas mulheres de serem meros objetos de pesquisa do saber hegemônico, para se tornarem pesquisadoras a partir da análise crítica e subjetiva de sua posição marginalizada e silenciada.

As obras das intelectuais negras apresentadas aqui neste estudo são um exemplo de como é importante que esse grupo continue falando, pensando e inspirando novas ideias, visto que suas produções

geram novas reflexões, questionamentos, paradigmas, que promovem diversos conceitos e saberes a respeito da complexidade e diversidade da condição da mulher negra.

Nota-se que este trabalho foi um importante diagnóstico para entender que as produções intelectuais das mulheres negras impulsionam a transformação social, por suas obras denunciarem a exclusão, discriminação e a subalternidade referenciadas como algo natural a elas. Foi possível identificar que essas mulheres têm um compromisso político-social, por procurarem, com base em suas investigações, a mobilização para uma sociedade mais justa.

Todavia, cabe destacar que este estudo não aspira generalizar essa compreensão sobre as mulheres negras no campo intelectual, por ser sabido que a intelectual negra pode ter várias formas. Há aquelas que não são comprometidas com a causa social, uma vez que não estão relacionadas aos movimentos sociais, como também outras que por vezes reproduzem ideias conservadoras, tampouco indagam conhecimentos emancipatórios para o seu grupo.

Além disso, é preciso ressaltar e entender que ter referências de mulheres negras que alcançaram grandes conquistas neste meio, apesar de ser uma demonstração poderosa de resistência contra um sistema opressivo que define o papel social das mulheres, também evidencia que essas mulheres são exceções. À vista disso, não é recomendado romantizar esse lugar que ainda é muito restrito a esse grupo, bem como não romantizar a forma pela qual elas conseguiram ascender como intelectuais, isto é, pelo lugar subalterno posto a elas. Sendo assim, este trabalho não pretende exaurir a temática, mas abrir reflexões e diálogos.

Assim, nos caminhamos para o fim, parafraseando Audre Lorde (2019), que diz que essas palavras foram uma forma de quebrar alguns silêncios e abrir caminhos, especialmente para mulheres negras. No entanto, a reflexão realizada mostra que ainda existem muitos silêncios a serem quebrados. Considerando que superar o racismo e o machismo é uma batalha cotidiana. Assim, as produções das nossas ancestrais e das intelectuais contemporâneas são fundamentais para romper essas amarras que mantém as mulheres negras silenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 152p.
- ALMEIDA, Marisangela Lins. Mulheres Negras e Intelectualidade: Transgredindo Fronteiras. In: XVII-IEcontro Nacional de História — ANPUH. Rio de Janeiro. Anais do ANPUH, História e Parcerias, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529785033_ARQUIVO_enviarMULHERESNEGRASEINTELECTUALIDADE.pdf Acesso em: 27 set. 2024.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Branqueamento no Brasil. In: Psicologia social do racismo — estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. (Org. Iray Carone; Maria Aparecida Silva Bento). Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, p.25–58.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2016: notas estatísticas. Brasília: INEP — Ministério da Educação. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-pos-graduacao-stricto-sensu>. Acesso em: 28 set. 2024.
- BRASIL. Informe MIR — Monitoramento e avaliação. nº 2. Edição Mulheres Negras. Ministério da Igualdade Racial. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informacao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivos de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman “TruthandMethod: FeministStandpoint-TheoryRevisited”: Onde está o poder? (Tradução de Juliana Borges). *Signs*, v.22, n.2, p. 375–381, 1997. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/495162>. Acesso em: 02 out. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X200200100011&lng=pt&tln=pt. Acesso em set. 2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e a Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: Epistemologia do Sul. (Org. Boaventura de Souza Santo. Maria Paula Menezes). Edições Almedina. SA, 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em 06 nov. 2024.

GONÇALVES,runo Simões. A dupla consciência latinoamericana: contribuições para uma psicologia descolonizada. *Revista de Psicologia Política*, v. 16, p. 397-413, 2016.

GONÇALVES, Robson de Andrade. Mucheroni, Marcos. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação.Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759>. Acesso em: 06 nov. 2024.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://www.leme.uerj.br/wp-content/uploads/2021/08/06-gonzales-lelia-racismo_e_sexismo_na_cultura_brasileira-1.pdf Acesso em: 03 out. 2024

HILÁRIO, Rosangela Aparecida. SANTOS, Vinicius de Souza. Interseccionalidade, Educação e Representatividade: O impacto da Raça e Gênero no Percurso Acadêmico. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v.7, n.3 – pág 1610-1632 set-dez de 2021. Disponível em: [tps://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/54677/40443](https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/54677/40443). Acesso em: 01 out.2024.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 26 set. 2024.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LORDE, Audre. Audre Lorde: Irmã Outsider. (tradução: Sthephanie Borges) 1. ed. Belo Horizonte. Atântica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. (Tese, Livre docência, Universidade de São Paulo). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do Feminismo Negro?* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019a. 112p.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras, 2019b.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. *Do Epistemicídio: As Estratégias de Matar o Conhecimento Negro Áfricano e Afrodiáspórico*. *Problemata: International journal of Philosophy*. V. 10. n. 2. 2019, p. 167-194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani César. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. ed. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

PROENÇA, Adriana Gomes. *Sara Baartman e a objetificação da mulher negra*. *Revista do TRF3*. Ano XXX, n. 143, 2019. Disponível em: <https://revista.trf3.jus.br/index.php/rtrf3/article/view/271>. Acesso em: 04 nov. 2024.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *QUI A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

SANTOS, Vitalima Conceição. SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. *Uma “mulher do fim do mundo” na academia: aprendendo com a trajetória outsider within de Virgínia Bicudo*. *Revista Brasileira de Educação* v. 27. e270123, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fs8GNHgR9JsLdCCtMDyX-4fq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 7. ed. Edições Afrontamento, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Fernanda Pereira. *Por Que Estudar Intelectuais Negros?* *Revista da ABPN*. v. 10, n. 24, nov./2017 – fev./ 2017, p.264–274. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/376/471>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOUZA, Nayhara Almeida. *Feminismo negro e a produção de sujeitos: intelectuais negras e a questão da subalternidade*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2019. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6738>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Eugenio, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugenético brasileiro (1920-1930)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 42, n.º 89, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx-9qXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2024.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. *Apontamentos materialistas à interseccionalidade*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, e76725, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.